

e fielmente aqui transcrevi.

Jose Bruno de Camargo Secretário.

Lei nº 199 de 18 de Novembro de 1929.

Regulamento do mercado Municipal

Raymundo Monato Leite, Prefeito Municipal, de Piedade, Estado de São Paulo etc.

Faço saber que a Câmara Municipal em sessão extraordinária de 18 de Novembro decretou e eu promulgo a seguinte Lei:

Artº 1º O mercado Municipal estará a cargo de um administrador e de um escrivão, afudante do administrador.

Artº 2º Compete ao administrador:

§ 1º Velar pelo fiel cumprimento das leis municipais, no que diz respeito ao mercado municipal, impondo a seus infractores as penas estabelecidas.

§ 2º Examinar cuidadosamente todos os generos que entrarem no mercado e suspender a venda dos que fulgar de má qualidade ou deteriorados, mandando inutilizá-los depois de verificados por dois peritos.

§ 3º Dar bilhetes de alto áquelles que, tendo vendido seus generos disefarem entregá-los aos donos.

§ 4º Conservar sob a sua guarda e exclusiva responsabilidade, as chaves, pesos, medidas, balanças e outros utensilios pertencentes ao

34

Mercado.

§5º Anunciar todo o rendimento do Mercado, prestando as suas contas.

§6º Conservar os quartos, varandas, area e outras dependencias do Mercado sempre em boa ordem e tão limpos quanto for possivel.

§7º Tratar com toda a urbanidade aquelles que forem ao Mercado vender ou comprar generos, fornecendo-lhes quaesquer informações referentes as leis da sua repartição quando solicitadas.

Artº 3º Ao escrivão compete:

§1º Auxiliar o administrador em todos os serviços relativos ao mercado.

§2º ~~Levantar~~ nos livros propriamente numerados e rubricados pelo prefeito, os nomes dos portadores de generos e quantidade e qualidade destes, o numero de carros, carroças, cargueiros, litro ou Kilos, e as quantias que tiverem de pagar, enchendo em seguida os talões, com declarações precisas para que os portadores effectuem o pagamento do imposto respectivo.

§3º Conservar sob sua guarda e exclusiva responsabilidade os livros, talões papeis e outros utensilios do escriptorio trazendo a escripta em ordem e com a devida limpeza.

Artº 4º Provisoriamente, e enquanto a renda do mercado for insufficiente o cargo de escrivão afudante a que se refere o artº 1º deste regulamento, será exercido cumulativamente pelo administrador.

- Art. 5º O prefeito poderá em qualquer occasião, fixar aos funcionarios do mercado qualquer outra attribuição, que se impo- nha a bem da boa ordem do serviço.
- Art. 6º É fixada em 1.000\$000 a fiança a ser prestada pelo administrador do mercado.
- § 1º Essa fiança poderá ser prestada em di- nheiro, em apolices da divida publica federal ou estadual, por hypotheca de bens immoveis, ou por um termo de responsabilidade assignado por duas pessoas abonadas.
- § 2º O prefeito, ao receber a fiança deter- minará qual dos modos acima mencionados deverá ser adoptado.
- Art. 7º Todo aquelle que trouxer para vender na cidade, a varejo ou por atacado, qualquer artigo de commercio especifi- cado ou não na tabella de merca- do ou de mercados ambulante, para a qual não tenha pago o imposto de- terminado nas referidas tabellas ou or- bitado pelo prefeito, é obrigado a levar directamente tal genero ao mercado, sob pena de pagar 20\$000 de multa, além do respectivo imposto.
- Art. 8º Os generos serão vendidos no mercado por atacado ou a varejo a vontade do portador, salvo nos casos de escassez de generos, cujas medidas por unidades serão reguladas e determinadas pelo administrador.
- Art. 9º Os generos de commercio, tanto deste como de outros municipios, podem ser remittidos

directamente dos productores as cosas estabelecidas em qualquer perimetro da cidade, uma vez que estas tenham pago o imposto constante da tabella de industrias e profissões, sob a rubrica — consignação de —. O infractor, recebendo taes generos sem ter pago a licença sera multado em 30\$000, alem da obrigação de pagar o imposto respectivo.

Artº 10º Nos casos do artigo antecedente os conductores de generos são obrigados ao pagamento das taxas do mercado antes da entrega dos artigos. Pena — multa de 30\$000, alem da obrigação do pagamento das taxas.

Artº 11º Para a compra e venda de generos o mercado estara aberto todos os dias uteis das 6 horas da manhã as 5 horas da tarde e aos domingos e feriados ate meio dia.

Artº 12º Para a compra e venda de generos e franca a entrada no mercado, uma vez que haja sufeição ao seu regulamento e não se verifique perturbação da ordem.

Artº 13º Para a exposição de generos e accommodação dos murios, o prefeito podi alugar ou arrendar os quartos internos do mercado.

§ Único — Taes quartos não poderão ficar abertos aos domingos e feriados officiaes.

Artº 14º São considerados atraverradores e como taes sufeitos a multa de 50\$000 por infracção:

§ 1º — O que por qualquer pretexto ou artificio impedir que os generos sejam vendidos

a retalho, quando o administrador assim o julgar necessário.

§ 2º Os que se combinarem para comprar gêneros a retalho, sendo tais gêneros destinados a um só indivíduo.

§ 3º Os que nas estradas, ranchos, pousos ou paradas, sob qualquer pretexto dissociarem os gêneros destinados ao mercado.

Artº 15 - Quando, por qualquer eventualidade o portador de gêneros não puder vendê-los no mercado, poderá fazê-lo pelos seus meios mediante recibo de alta do administrador do mercado, pagando nesse caso outra taxa, idêntica à que já pagou.

Artº 16 - Os negociantes de qualquer espécie, que tomem quartos no mercado, por aluguel ou arrendamento, só poderão ter portas abertas para o interior do mercado, uma vez que tenham pago os seus impostos.

Artº 17 - Quando por qualquer circunstância ficarem no mercado gêneros em abandono, não terá a administração municipal a mínima responsabilidade pela sua conservação ou guarda.

Artº 18 - Nas varandas e pátios do mercado não poderão ser depositados os gêneros comprados, os quais deverão ser retirados após a compra, salvo caso de força maior, pagando então o seu possuidor 500 reis por 24 horas.

Artº 19 - Nenhuma indenização será paga ao possuidor ou portador de gêneros que forem inutilizados pelo administrador, de acordo com o que dispõe o artigo 3º, § 2º.

38

Artº 20 - Pela entrada de gêneros no mercado, pagarão os donos ou portadores as taxas constantes das tabelas em vigor.

Artº 21 - Os carnos, canoas e carqueiros com frutos só podem vender pelas ruas, após a hora de alto no mercado e mediante o recibo do administrador. Pena multa de 10\$000, além da obrigação de pagar o imposto de indústrias e profissões a que estiver sujeito.

§ Único - Exceptuam-se das disposições deste artigo as canoas, cujos donos tiverem pago o imposto anual para a venda de frutas e verduras.

Artº 22 - Além das atribuições especificadas nos artigos 1º e 2º, poderá o prefeito, sempre que julgar conveniente determinar quaisquer outros aos funcionários do mercado.

Artº 23 - Das vendas que forem realizadas fora do mercado correrá por conta dos fiscais municipais a cobrança dos impostos estabelecidos neste regulamento.

Artº 24 - O administrador, mesmo exercendo cumulativamente o cargo de escrivão, só perceberá vencimento quanto ao 1º cargo.

§ Único - O vencimento do administrador será de 120\$000 mensais podendo o Prefeito, com aquiescência da Câmara, aumentá-lo quando julgar oportuno e as rendas do mercado o permitirem.

Artº 25 - Revogam-se as disposições em contrário.

Das Taxas do Mercado

Feijão, 42 Kilos \$200

Batato	35 Kilos	\$200
Milho	50 litros	\$200
Arroz com casca	50 litros	\$200
Cará	50 litros	\$100
Farinha de milho	50 litros	\$200
"	" mandioca "	\$200
Fubá	" "	\$200
Amendoim	" "	\$200
Arroz limpo	40 "	\$500
Fumo	15 Kilos	2\$000
Tonquinho	um capado	2\$000
Frangos	por cabeça	\$200
Peru	" "	\$500
Palmito	Duzia	\$100
Ovos	"	\$100
Napadma	"	\$100
Queijos	- cada um	\$100
Babulos	" "	\$500
Secitões	" "	1\$000
Carneiros	" "	1\$000
Tructas	carro	5\$000
"	carqueiro	1\$000
Peixe	Kilo	\$100
Batato doce	alquene	\$100
Alho	restia	\$100
Cebola	arroba	\$200

O administrador, de accordo com o prefeito, assimilará o imposto sobre qualquer generos não especificados na presente tabella.

O Secretario a faza publicar e registrar
Secretaria da Prefeitura Municipal de
Piedade em 18 de Novembro de 1929.

Raymundo Varrato Lira

40

José Bueno de Camargo Secretário int.
Publicada e registrada na mesma data su-
pra, de accordo com o original que bem
e fielmente aqui transcrevi.

José Bueno de Camargo - Secretário

Lei nº 200 de 10 de Dezembro, de 1929.

Que dispõe sobre a tabella
de ambulante, tanto para os
artigos de exportação, como
para os artigos de importação.

Raymundo Norato Leite, Prefeito
Municipal de Piedade, Estado de S. Paulo etc.

Faço saber que a Câmara Muni-
cipal em sessão ordinária de 10
de Dezembro, decretou e eu promulgo
a seguinte Lei:

Artigo ~~1º~~ O comprador ambulante de
cereaes, suínos, leitões, cabritos, carneiros, aves,
ovos e algodão, por conta propria, de tercei-
ros ou a comissão, que residir fora do mu-
nicipio, fica sujeito ao imposto annual,
de accordo com a seguinte tabella:

Comprador de cereaes

1ª classe	800\$000
2ª "	600\$000
3ª "	400\$000
4ª "	200\$000

Comprador de Suínos

1ª classe	200\$000
2ª "	150\$000

Comprador de cabritos, carneiros,
leitões, aves e ovos.